

# O ESPECTRO.

*Admonet in somnis et turbida terret imago.*

Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

LISBOA 2 DE MARÇO.

É já sabida e confessada a impotencia do governo para acabar com a revolução. O ex-duque de Saldanha escrevendo para Lisboa exprime-se assim: — «A revolução é como a hydra; quantas cabeças se lhe cortam, tantas mais renascem, e com mais força e vigor.»

Desta reconhecida impotencia para destruir o principio popular nasce o appello continuo para a intervenção estrangeira, que é a maior prova da nossa nacionalidade e da nossa força.

Se os povos victoreiam por toda parte o ex-duque de Saldanha, se odeiam e detestam os nacionaes, se a junta do Porto está dividida, se a sua tropa arde no desejo de se entregar, para que se estende a mão ao paiz visinho esmolando uma intervenção vergonhosa? Pois com tantos recursos é necessario implorar o auxilio dos batalhões de Castella? Não basta que o *adorado* Saldanha ataque as trincheiras do Porto para que tudo corra aos seus braços? Não basta a sua espada *invicta* do *Belfast*, do Chão da Feira e Ruivães para dissolver uma junta, já desunida?

É essa intervenção pede-se sem dissimulação e sem disfarce. Eis-aqui o que se lê no *Diario* de 26 do passado:

«Mais uma rasão para que o governo da Hespanha, e os verdadeiros liberaes della, se interessem pela victoria dos bons principios na questão portugueza»

E quando se diz isto? Será quando a revolução miguelista apresenta probabilidades de triumpho? Será quando a união de dois grandes partidos assoberba a cõrte? Nada disso. E quando se declara a junta do Porto desamparada de todo o auxilio. Ouvi o *Diario* nessa mesma folha:

«O povo carregou o valente Cesar, gritando que se uniria gostosamente aos subditos fieis da rainha, pórem em nenhum caso á junta do Porto.»

«Os proprios guerrilhas em numero de 800 que se achavam unidos ao general miguelista Bernardino, teem entendido que é mais prudente irem para suas casas, e estão hoje reunidos a 200, se acaso.»

Mas a coallisão, esse pacto immoral? Que-reis saber o que ella é na mesma folha do *Diario* aonde se pede o auxilio estrangeiro para obstar ás suas consequencias? Lêde o seguinte periodo:

«Vai-se mostrando por toda a parte inutil o plano dos setembro-miguelistas. O proprio padre Cazimiro prosegue em suas correrias, independente da junta soberana, e puramente a favor de D. Miguel. — Foi mais um crime sem gloria e sem proveito de que se carregou a facção do Porto.»

No *Diario* de 23 apparece um officio do governador civil de Villa Real, no qual se diz que o general Bernardino se víra obrigado a fugir de Guimarães, terminando assim a revolução realista na mesma villa e provincia.»

Aproximámos estes diversos trechos para se vêr a sua contradicção, e a miséria da causa ministerial e dos defensores della. Quando querem alardear nacionalidade para encubrirem a sua fraqueza, declaram que a junta do Porto é abandonada pelos proprios miguelistas, e que a força destes desaparecera ou se conserva separada de nós — quando imploram a intervenção estrangeira allegam para a justificar uma união hypostatica que ameaça as duas corôas da peninsula. Felizmente as duas proposições são contrarias, e como, em termos de escola, a sua materia é contingente, ambas são falsas.

Mas depois de tudo isto o que existe real é que o governo pede a intervenção; que a Hespanha lha quer dar; e que a Inglaterra não a consente.

Diz-se haver uma carta de Costa Cabral em que se afirma que o gabinete de Madrid consente na intervenção, e que Luiz Philippe, de quem elle é humilde servidor, não se lhe oppõe. Esta noticia chegou ao conhecimento de sir G. H. Seymour, o qual se diz que fôra immediatamente ter com el-rei a fim de lhe certificar, como já fizera antes da entrega da sua credencial, que a Inglaterra não consentiria em semelhante interferencia.

Conta-se que houvera um dialogo interessante entre o ministro de S. M. B. e o sr. D. Fernando. Este não podendo sustentar o caso da intervenção declarou «que isso era cousa

po Saldanha, que reputava necessaria a inter-  
«ferencia» e disse ao embaixador que se enten-  
desse com D. Manoel de Portugal. Sir G. H.  
Seymour desgostou-se desta resposta, retorquiu  
que fazia declaração a S. M. por ser elle com-  
mandante em chefe do exercito, e a pessoa  
mais qualificada do governo. El-rei disse então  
«que D. Manoel era homem de bem.» Não en-  
tendemos a significação deste dito. — Quererá  
dizer que os outros ministros não são homens  
de bem, ou que o ministro inglez os não con-  
sidera como taes?

Diz-se que depois disto sir G. H. Seymour  
despachára um correio para Madrid.

Eis-aqui o que passa como certo, e que sa-  
bemos de bom canal.

Concluimos pois que Saldanha se julga per-  
dido, e reclama o socorro de Castella para o  
yir livrar das forças populares. Nem outra in-  
terpretação se pôde dar á sua exigencia.

Mas essa intervenção não se verificará, por-  
que a Hespanha, impotente para estabelecer a  
paz no seu territorio, mal pôde ameaçar os  
seus visinhos, e quando a França, a quem o  
governo de Madrid obedece cegamente, a in-  
citasse a isso, encontraria uma nação mais for-  
te que lhe faria seguir uma direcção differente.

A Hespanha é uma nação valente e esforça-  
da, mas a Hespanha não é cúmplice nos erros  
dos seus estadistas. Aquelle povo geme como  
nós afflicto e oppresso, e o seu governo escar-  
nece os seus soffrimentos, e humilha o seu pun-  
donor: o governo de Hespanha qualifica-se pe-  
lo seguinte facto—casou a rainha Christina com  
um granadeiro por considerações moraes, e  
desterrou o infante D. Henrique por querer ca-  
sar com uma condeça!

A nação portugueza que se rio das bravatas  
de Saldanha receia pouco dos Cabraes de Ma-  
drid; e se o *Espectro* commemora o facto da  
intervenção é só para mostrar que a nossa cõr-  
te se julga perdida, e que espera em vão por  
auxilio estrangeiro.



Houve hontem supplemento. A cousa valia a  
pena. Era para noticiar ao publico que os va-  
lentes de Evora com *mil infantes e oitenta ca-  
vallos* tinham atacado a praça de Extremoz.

O regosijo foi universal, o que poucas vezes  
acontece. Os cabralistas alegraram-se porque a  
praça não foi tomada no primeiro assalto; os  
liberaes congratularam-se com a confissão da-  
quella força respeitavel dos *mil infantes* e dos  
80 *cavallos* que sahem a atacar praças levando  
diante de si o Shwalback e o ex-barão de Ex-  
tremoz.

O Salazar Moscoso esperava novo assalto, e  
é de crer que nesta arremetida a praça fosse  
tomada. Acrescentava que o conde de Mello

se retirára para Veiros a fim de marchar para  
Portalegre; e o *Diario* diz que o mesmo conde  
volta para Evora. O que é certo é que nenhum  
nem outro sabem o que hão de dizer.

O que é mais de notar na parte official ca-  
bralista é o seguinte:

«Nestas circumstancias parece que as forças  
«que marcharam de Lisboa para o Alemtêjo po-  
«dem realisar a sua marcha com toda a segu-  
«rança, não tendo inimigo nos flancos ou na  
«retaguarda.»

Vejam por isto que tal é o medo. O batalhão  
provisorio que daqui sahiu não pôde marchar  
de Aldea Gallega por diante por dois motivos  
—1.º porque desertava todo para os liberaes—  
2.º porque tinha receio de ser surpreendido.  
Para evitar qualquer revez marchou o Shwal-  
back com toda a sua divisão para o escoltar a  
fim de não desertar o resto, e de não ser apa-  
nhado pelos de Evora.

A' vista de tudo isto podemos contar que o  
Alemtêjo está limpo daqui a dias dos facciosos,  
porque aos *mil infantes* que sahiram de Evora  
se vão reunir os batalhões que alli chegaram ou  
estão a chegar do Algarve, e que não tardarão  
a bater ás portas da capital.



O *Diario* compraz-se em noticiar imaginarias  
desintelligencias no Porto. Podemos asseverar-  
lhe que reina alli a mais completa harmonia.

Aonde layra a desintelligencia é nos cabra-  
listas de Lisboa, e para fazer desviar della a  
atenção é que o *Diario* se affadiga nas suas ri-  
dículas invenções.

O ex-conde do Tojal é guerreado como o Sou-  
sa Azevedo; tudo está já voltado contra elle.  
O agio das notas tem subido.

O actual ministro da fazenda entende como  
nós que a reunião do banco e confiança fora  
uma calamidade publica, porque fora a junção  
de dois fallidos; entende que o curso forçado  
das notas é um mal, e que a amortisação é il-  
lutoria.

Diz o mesmo ministro que não collocará as  
cousas no pé em que estavam, mas que é for-  
çoso que a amortisação seja de 50:000\$000 rs.  
mensaes em logar de 18:000\$000, e que as  
notas sejam recebidas na terça parte dos paga-  
mentos em vez de o serem na totalidade.

Daqui vem toda a desintelligencia. O banco  
não pôde amortisar, nem amortisa os 18 con-  
tos, e por isso é-lhe impossivel amortisar 50.  
Se as notas entrarem sómente na terça parte  
dos pagamentos, cessa em grande parte (em to-  
das as pequenas transacções que são por isso  
mais numerosas) o curso forçado, e ficam va-  
lendo tanto como os titulos das tres operações.  
De qualquer dos modos, a morte do banco é  
infallivel.

A intriga lavra pois. As notas, cujo agio se esperava que descesse, sóbe, e as ambições não estão satisfeitas.

O ministro da fazenda além disso adopta expedientes, que nada remedeiam. Pensou que tinha salvado o paiz admittindo á circulação aguias e mais aguias d'ouro dos Estados-Unidos, e onças, meias onças, quartos, meios soberanos, e patacas brasileiras, perovianas, chilenzes, bolivianas, columbianas e de Buenos-Ayres! De que serve toda essa farragem de nomes? Julgam que o dinheiro vem ahi sem haver valores que o compensem? Porque não manda o sr. João d'Oliveira cada um dos directores do banco para as quatro partes do mundo authorisados para assignarem notas, e mandarem para cá o ouro e a prata em troco dellas?

E depois para cumulo da miseria o mesmo ministro foi publicar o decreto que aboliu as duas decimas nos juros da divida externa! As rasões, que para similhante abolição se allegam, são misera veis. Diz-se que nos respectivos bonds se acha consignada a clausula — «de que o pagamento dos dividendos se fará mediante a apresentação das cedulas annexas ás apolices, e livre de toda e qualquer despesa ou deducção aos portadores das ditas apolices ou cedulas dos dividendos!» Assim estava consignado nas inscrições da junta do credito publico, e o parlamento de 1841 lançou-lhes uma decima! Aonde está pois o principio de justiça que se invoca a favor d'uns, e que se despresia a favor dos outros!

Mas os verdadeiros motivos da deducção das duas decimas achamo-los nós n'uma proclamação cabralista, que por ahi corre impressa. Esta proclamação é uma resposta ás inepcias do *Diario*. Transcrevemos apenas um trecho della. Ei-lo:

«Por ultimo o articulista (do *Diario*) insultou a maioria da capital acoimando de manejos sordidos a manifestação geral e franca, sem motins nem assuadas, que teem liavido na maioria de todas as classes de uma quasi unanime reprovação dos manejos sordidos do Roma e seus consocios — das medidas sordidas d'um ministro que recebe luvas das transacções sobre os fundos portuguezes em Londres nas vesporas do decreto de 29 de Janeiro (que já foi para Londres no paquete mas ainda senão publicou em Lisboa)... Não nos puxem pela lingua. Não nos insultem ainda em cima de nos embassarem... Bem basta a miseria geral!...»

Este é que é o verdadeiro relatorio do decreto — são as luvas. E o Tojal é cúmplice neste roubo porque lucra com elle. O sr. João de Oliveira tem fundos portuguezes, e por isso interessa na publicação do decreto. Ainda elle pôde concorrer para as luvas.

Não ha muito que o *Espectro* noticiou a sa-

hida do sr. Henrique Walsh desta cidade para a do Porto. O *Nacional* daquella cidade transcrevendo o nosso artigo, poz-lhe a seguinte observação.

«Por cartas particulares de Lisboa se sabe que este inglez foi para Londres negociar por conta do Souza Azevedo, comprando inscrições, que este quer fazer subir abolindo a ultima decima lançada aos juros dellas pelo misterio Paluiella! Depois de ter comprado publicar-se-ha o decreto! Antes de sahir do misterio quer roubar mais alguns contos.»

O roubo está pois provado. *Quid adhuc egemus testibus?* Por via dos interesses deshonestos d'uns poucos de homens é carregada uma nação com uns poucos de centos de contos de réis!

E este roubo prejudicando a Portugal nem por isso aproveita aos possuidores dos nossos bonds, porque elles bêm sabem que o pagamento do dividendo integralmente é impossivel com esta administração. O correspondente do *Times* que é cabralista puero, escreveu para Londres em 10 do Fevereiro o seguinte:

«De nada servem os esforços do governo para levantar ahi um empréstimo, em quanto presistir no curso forçado das notas do banco! Como pôde elle emprehender pagar integralmente 4 por cento, quando as notas do banco, em que a junta do credito publico recebe as suas rendas, estão n'uma depreciação tão enorme que produzem um deficit de 30 por cento?»

Eis-ahi como os inglezes avaliam o favor!

O ministerio augmentou assim o nosso encargo annual em mais de trezentos contos (306:510:490 réis.)

A junta do credito publico recebendo em notas, e sendo obrigada a pagar em metal, além do cambio de Londres, tem ainda de perder nas notas mais de quatrocentos e cincoenta contos (459:765:735 réis.) Isto é temos um acrescimo de despeza annual de mais de setecentos sessenta contos! (766:276:225 réis.)

É tudo isto por via das luvas do sr. Sousa Azevedo, e dos bonds do sr. João d'Oliveira!

Os cabralistas que não entraram no roubo veem isto, e lamentam-no, ralham, queixam-se, e ahi começa a intriga.

Para esta séria desintelligencia é que o *Diario* deve olhar. Não lhe importe o que vai no Porto; e se acredita nisso, escreva ao ex-duque de Saldanha para avançar depressa, e aproveitar-se da discordia.

Bem sabe o governo que o Porto está inexpugnavel, e que só a nossa divergencia lhe poderia dar a victoria. Pois não se afflija — Nem o conde das Antas tem inveja dos vivos que se dão ao Povoas, nem o Povoas a tem dos que se dão ao Antas. A igreja catholica ainda que admite um só Deos, uma só fé, tambem ad-

mitte a veneração dos varios santos. Podemos ter diferentes invocações sem prejudicarmos o dogma. O *Diario* devia saber isto se applicasse á leitura da historia ecclesiastica, como lhe cumpria, o tempo que passa a lér a Martinhada.

---

## ACTOS OFFICIAES.

FAZENDA.

A junta provisoria do governo supremo do reino, considerando que a maioria da nação tem reconhecido o governo supremo organizado nesta invicta cidade, e prestando-lhe obediencia; e que o governo de Lisboa apenas domina a capital, e alguns pontos occupados militarmente, convindo adoptar medidas efficazes para regularisar a fazenda publica, e evitar os males que pôdem vir á nação das providencias que aquelle governo está decretando para prolongar a sua existencia governamental pcr mais alguns dias: manda, em nome da nação e da rainha, declarar:

1.º Que todos os empréstimos feitos ao actual governo de Lisboa — são nulos.

2.º Que os mutuantes ficam sem direito algum para receber os dinheiros que emprestarem ou adiantarem ao mesmo governo, cuja missão se reduz a opprimir o paiz e a conservar a rainha em coacção.

3.º Que todos os empregados de fazenda devem resistir, não cumprindo as ordens que lhes forem dirigidas pelo referido governo sobre a distribuição e applicação dos dinheiros publicos, e remetter os mesmos dinheiros aos cofres centraes dos districtos sujeitos a esta junta.

As autoridades a quem o conhecimento do presente decreto pertencer assim o tenham entendido e façam executar. Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino, no Porto, em o 1.º de Novembro de 1846. — *José da Silva Passos*, vice-presidente — *Francisco de Paulu Lobo d'Avila* — *Justino Ferreira Pinto Basto* — *Sebastião d'Almeida e Brito* — *Antonio Luiz de Seabra*.

---

## PARTE OFFICIAL CURIOSA.

Estado maior general — Repartição do aju-

dante general — Divisão. — Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. — Foi presente a S. M. elrei, commandante em chefe do exercito, o officio de V. ex.<sup>a</sup> de 5 do corrente accusando a recepção da confidencial desta repartição de 3 do dito mez; e o mesmo augusto senhor me encarrega de dizer a V. ex.<sup>a</sup> em resposta ao mencionado officio, que immediatamente se receberam o officio de V. ex.<sup>a</sup> de 30 de Janeiro, a que a dita confidencial se refere, logo se pediram providencias ao ministerio da guerra, a respeito da falta de meios para o fornecimento que V. ex.<sup>a</sup> devia ter; e com effeito, hontem estavam para lhe ser remettidos por uma escolta, quando chegou a noticia do desastre acontecido á força do commando do major Ilharco, tendo-se depois mandado sobrestar na dita remessa, por constar que pela ausencia da columna de V. ex.<sup>a</sup> e pelo dito acontecimento as estradas se achavam inundadas de guerrilhas: não sendo por isso prudente arriscar uma pequena força e dinheiro, em quanto V. ex.<sup>a</sup> não estiver mais proximo, ou em quanto se não souber exactamente o estado da provincia = Deus guarde a V. ex.<sup>a</sup> = Quartel general no Paço das Necessidades, 10 de Fevereiro de 1847. = Barão de Sarmiento ajudante general. = Illm.<sup>o</sup> e exm.<sup>o</sup> sr. V. de Setubal.

---

## A ULTIMA HORA.

Por pessoas chegadas hoje do Alentéjo consta que o conde de Mello no dia 27 attacára de novo Estremoz, aonde entrara depois de tres horas de fogo, aprisionando o ex-barão de Estremoz e toda a guarnição.

Consta que Shwalbak fugira para Coruche donde officiaera ao governo dizendo que depois do ultimo desastre não tivera remedio senão retirar, e que se o governo lhe não mandasse socorros de gente e dinheiro viria até Lisboa, por que lhe vai desertando a gente.

Eis-aqui no que deram as bravatas dos latrofaciosos. Humilhado o fraco barão de Estremoz, talvez esteja de rojo aos pés do conde de Mello, se não morresse de susto com algum desmaio.